

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

DADOS GERAIS

Local: On-line

Data: 27 de abril de 2022

Horário: 8h22

Participantes: Conforme a lista de presença em anexo

Aprovação: 29/06/2022 – Durante a 66ª AGO

PAUTA

1. Apreciação e aprovação da minuta da ata da 65ª Assembleia Geral Ordinária;
2. Esclarecimentos sobre o contrato de concessão e as possibilidades de apoio e projeto em áreas temáticas específicas;
3. Readequação de câmaras temáticas e grupos de trabalho;

ATA

1 Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, a presidente do
2 conselho, Sônia Maria Sfair Kinker, deu as boas-vindas aos participantes da
3 Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
4 Aparados da Serra e Serra Geral. Às oito horas e vinte e dois minutos, alcançando
5 o quórum necessário, Sônia passou a palavra a outro servidor do ICMBio, Oseias
6 Cordeiro Sartori, para o anúncio dos pontos de pauta e para dar sequência às
7 atividades. Após cumprimentar os presentes, o servidor repassou os pontos de
8 pauta, os quais haviam sido comunicados com antecedência aos conselheiros: 1.
9 Apreciação e aprovação da minuta da ata da 65ª Assembleia Geral Ordinária; 2.
10 Esclarecimentos sobre o contrato de concessão e possibilidades de apoio a
11 projetos em áreas temáticas específicas; 3. Readequação de câmaras temáticas
12 (CT) e grupos de trabalho (GT). Na sequência, Oseias propôs alguns acordos de
13 convivência, todos relacionados ao bom andamento de uma reunião virtual, os
14 quais foram aceitos pelos conselheiros. Passando para o primeiro ponto de pauta,
15 referente à apreciação e aprovação da minuta da ata da 65ª Assembleia Geral
16 Ordinária, Oseias disse que o conselheiro Nelson Brügger, representante da
17 Federação Gaúcha de Montanhismo (FGM), havia encaminhado algumas
18 sugestões de correção, por e-mail, antes da realização da assembleia. Conforme
19 os apontamentos do conselheiro, no trecho onde dizia: “Na sequência, se

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

20 apresentaram os conselheiros...”, foi solicitada a complementação da frase, a fim
21 de abranger os participantes do evento que não eram conselheiros. Assim, a frase
22 foi completada da seguinte forma: “Na sequência, se apresentaram os conselheiros
23 e demais presentes”. Na linha 31, foi retirada a parte inicial da sentença (Além
24 destes, participaram da assembleia...) e excluído o conectivo “e” para operar uma
25 sequência entre os participantes que já haviam sido mencionados e aqueles que
26 haviam sido incluídos após o trecho retirado. Na linha 77, o pedido do conselheiro
27 envolveu a inclusão da informação “da ata da 64ª AGO”, tornando mais claro o
28 sentido, como se segue: “...foi franqueada a palavra ao conselheiro Nelson, o qual
29 já havia comunicado o interesse em fazer considerações sobre o conteúdo da
30 minuta da ata da 64ª AGO”. Na linha 86, Nelson solicitou a alteração de algumas
31 palavras para facilitar a compreensão, onde a expressão “com a palavra” foi
32 alterada para “Como observações sobre o tema, o conselheiro Pablo perguntou...”
33 Na linha 216, a sugestão foi referente à correção da grafia da palavra “contendo”.
34 Já nos diálogos sobre a capacitação do conselho, Nelson solicitou a substituição
35 da palavra “conselho” por “ICMBio”, ficando a frase da seguinte forma: “Com a
36 palavra, o conselheiro Nelson destacou a questão da capacitação, afirmando que
37 se trata de uma promessa antiga do ICMBio que precisa ser retomada”. No trecho
38 seguinte, o conselheiro sugeriu três correções: 1. Substituir a palavra “praticada”
39 por “exercido”; 2. Colocar o trecho “sobre a instituição” entre parênteses; e, 3.
40 Excluir a palavra “específicas”. Com as correções, o trecho ficou da seguinte
41 maneira: “Entre os assuntos considerados importantes numa capacitação, (Nelson)
42 destacou a necessidade de abordar o controle social, que deve ser exercido pelo
43 conselho (sobre a instituição), a política pública que a instituição promove e sobre
44 ações dos servidores”. Por fim, foi excluído um dos encaminhamentos, que havia
45 sido fruto de um equívoco de entendimento da secretaria do conselho no momento
46 da elaboração da ata. Como não havia mais sugestões, a ata da 65ª AGO foi
47 aprovada. No momento seguinte, os conselheiros que não haviam participado da
48 assembleia anterior foram convidados a se apresentar. Na oportunidade, se
49 apresentaram os conselheiros João Francisco Renosto, vereador, representante da
50 Câmara de Vereadores de Cambará do Sul, e Camila Trindade Prestes,
51 representante da EMATER. Passando para o segundo ponto de pauta, referente a
52 esclarecimentos sobre o contrato de concessão e as possibilidades de apoio a

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

53 projetos em áreas temáticas específicas, a presidente do conselho propôs que ela
54 mesma fizesse uma apresentação sobre o tema e em seguida os conselheiros
55 fizessem as perguntas que desejassem. Enquanto a Sônia procedia o
56 compartilhamento da tela, Oseias aproveitou para perguntar se os convidados que
57 estavam participando da assembleia gostariam de se apresentar. Na ocasião, se
58 apresentaram o condutor Guilherme, de Praia Grande, e Josimar Contesini,
59 representante da Urbia Cânions Verdes. Após as apresentações, Sônia retomou a
60 explanação sobre o tema com a leitura da alínea “ee”, da Cláusula 11 do Contrato
61 de Concessão, que versa sobre o repasse de 2,5% da receita operacional bruta da
62 concessão, para a utilização em três macrotemas: 1. Apoio ao programa de
63 voluntariado da unidade de conservação; 2. Apoio ao monitoramento ambiental e
64 ao manejo de espécies; 3. Integração com o entorno e sensibilização ambiental.
65 Em sua explanação, a presidente afirmou que, a cada ano decorrido da concessão,
66 a concessionária deverá repassar os valores correspondentes a 2,5% da receita
67 bruta para apoiar os macrotemas relacionados acima. Também destacou que se
68 trata de encargos acessórios, pois não figuram como objetivo principal do contrato.
69 Segundo a gestora, o objetivo principal do contrato seria a qualificação dos serviços
70 de apoio à visitação e que o visitante tivesse uma experiência positiva e
71 enriquecedora, havendo previsão de início dos repasses para o final do ano de
72 2022. Quanto ao uso dos recursos, ela mencionou a ideia de realização de projetos
73 para a utilização dos valores devidos, visto que a Urbia precisaria prestar contas ao
74 ICMBio e aplicação dos recursos em projetos facilitaria a prestação de contas e o
75 monitoramento do uso dos recursos. Também destacou que os recursos seriam
76 vinculados ao que fosse considerado prioridade para o NGI Aparados da Serra
77 Geral. Ao falar das prioridades, afirmou que muitas delas acabam sendo
78 determinadas pelo Ministério Público Federal (MPF). Por conta dessa dinâmica, e
79 das necessidades do NGI, a questão do monitoramento da biodiversidade já
80 figurava como uma prioridade. Salientando ainda mais a questão da prestação de
81 contas, Sônia leu a primeira parte do item 12.2.1 do contrato, que destaca a
82 necessidade de prestação de contas, e ressaltou que se não houvesse propostas,
83 a concessionária não poderia disponibilizar os recursos e teria que recolher os
84 valores à conta única da União. Dito isso, lembrou da existência de um plano de
85 ação relacionado às exóticas invasoras, contendo as atividades de interesse do

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

86 NGI Aparados da Serra Geral. Assim, ressaltou a necessidade de criação e
87 funcionamento de uma câmara temática sobre o tema. Sobre o terceiro macrotema,
88 relativo à integração com o entorno e sensibilização ambiental, a gestora destacou
89 que parte desses recursos serão adiantados pela Urbia para o financiamento de
90 um estudo sobre a identificação de eventuais impactos da concessão à comunidade
91 quilombola. Em seguida, fez referência ao item 12.2.2 para destacar que a decisão
92 final sobre a utilização dos recursos caberia àqueles que assinaram o contrato, ou
93 seja, a concessionária e o ICMBio. A presidente também afirmou que ainda não
94 havia discutido com a Urbia a execução desses recursos, mas que pretendia criar
95 um grupo específico para acompanhar essas tratativas e a execução desses
96 recursos. Quando a Sônia estava passando para o Projeto Básico da Concessão,
97 o conselheiro Nelson disse que não estava conseguindo encontrar os subitens
98 12.2.1 e 12.2.2 do Contrato de Concessão, os quais haviam sido lidos e
99 comentados até aquele momento. Então a gestora explicou que o contrato continha
100 um erro de numeração, pois os subitens destacados deviam ter sido registrados
101 com as numerações 11.2.1 e 11.2.2, respectivamente, por fazerem parte do item
102 11. Diante disso, Nelson manifestou sua preocupação com o erro, justificando a
103 sua reação pela importância do documento e por ter sido muito discutido. Na
104 sequência, Sônia passou para o Projeto Básico da Concessão, onde fez questão
105 de ressaltar a norma mencionada no subitem 10.1, que é a Lei nº 13.668, de 28 de
106 maio de 2018. A presidente disse que a referida Lei, no seu Art. 14C, § 1, diz que
107 “O edital da licitação poderá prever o custeio pelo contratado de ações e serviços
108 de apoio à conservação, à proteção e à gestão da unidade de conservação...”. O
109 Projeto Básico, portanto, prevê o custeio pela concessionária de ações
110 relacionadas aos três macrotemas mencionados acima (linha 69 desta ATA). Além
111 disso, a Lei nº 13.668 menciona que não é possível adicionar nenhum custo extra
112 (para o contratado) que não tenha sido previsto no contrato ou considerado nos
113 estudos elaborados para aferir a viabilidade econômica do modelo de uso público
114 pretendido. Detendo-se um pouco mais sobre o macrotema relativo ao
115 monitoramento da biodiversidade, ela comunicou que o NGI já contava com um
116 plano de ação para o manejo de exóticas vegetais, algo que facilitava muito a
117 execução das ações. A presidente também aproveitou para comentar sobre a
118 utilização do verbo “poderá”, constante no subitem 10.1.2.2 (Projeto Básico da

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

119 Concessão), indicando que não havia possibilidade de substituir o referido verbo
120 por “deverá”, porque acarretaria custos adicionais não previstos no estudo de
121 viabilidade econômica que havia embasado a construção do projeto e do contrato
122 da concessão. Dito isso, ressaltou que o que fosse de prioridade do NGI Aparados
123 da Serra Geral, poderia ser apoiado. Concluída a apresentação, Sônia disse que
124 estava à disposição para responder as perguntas dos conselheiros. Com a palavra,
125 o conselheiro Nelson iniciou as suas considerações sobre o tema, solicitando
126 alguns esclarecimentos. Começou fazendo alusão às afirmações da presidente,
127 sobre as prioridades impostas pelo MPF, quando perguntou qual era o núcleo do
128 MPF que estava impondo tais prioridades, visto ser conhecido que um núcleo
129 costuma ser mais envolvido com a questão ambiental dos parques e outro núcleo
130 mais envolvido com a questão da comunidade quilombola. Em sua resposta, Sônia
131 lembrou que tudo o que o MPF recomenda fazer é o que a gestão dos parques
132 realmente tem que fazer. Porém, no caso dos parques, as prioridades são dadas
133 pelo MPF. Respondendo à pergunta, disse que o MPF de Criciúma tem acionado
134 o ICMBio nas questões relativas ao coletivo quilombola, enquanto o MPF de Caxias
135 do Sul tem determinado pautas sobre a questão do manejo de espécies. Em sua
136 segunda pergunta, Nelson lembrou da fala da presidente sobre a impossibilidade
137 de aumento de encargos relativos ao contrato e comentou sobre a previsão de
138 termos aditivos para áreas que venham a ser regularizadas. Sobre esse ponto,
139 afirmou que não há previsão de envolvimento do conselho na discussão sobre os
140 termos aditivos. Por conta disso, sugeriu que os termos aditivos relativos a novas
141 áreas, que venham a ser celebrados, passem por uma prévia avaliação do
142 conselho. Em resposta, Sônia afirmou que os termos aditivos existem para propiciar
143 alterações que tenham que ser feitas no contrato, mas nunca com novos encargos.
144 Então Nelson lembrou que estava se referindo à citação de aumento de área
145 concedida, o que envolveria novos valores e discussão do próprio modelo de
146 concessão sobre as novas áreas. Em relação a essa questão, a presidente
147 destacou que existe uma previsão no contrato dizendo que à medida que novas
148 áreas dos Parques forem sendo regularizadas a Urbia poderá operar em tais
149 espaços, se for do seu interesse. Por seu turno, Nelson lembrou que o verbo
150 utilizado é “poderá”, indicando a liberdade conferida à concessionária para explorar
151 ou não as áreas que estiverem sendo regularizadas. Aproveitando a oportunidade,

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

152 o conselheiro fez uma nova pergunta: quis saber se as áreas que ainda não
153 estavam regularizadas no momento da assinatura do contrato foram incluídas na
154 concessão. Sônia respondeu que sim. Como exemplo, mencionou a previsão de a
155 concessionária instalar estruturas de apoio à visitação na localidade conhecida
156 como Índios Coroados, havendo um entendimento prévio de que a estrutura seria
157 instalada somente após a regularização da área. Falando sobre o verbo “poderá”
158 (no caso da exploração das áreas que viessem a ser regularizadas), Sônia explicou
159 que a exploração de tais espaços é facultada à concessionária, razão pela qual foi
160 empregado o verbo “poderá”. Quanto à questão de termos aditivos, Sônia utilizou
161 como exemplo o caso da reforma e construção do escritório do ICMBio na
162 localidade conhecida como Morro Agudo. Como não havia previsão dessa obra no
163 contrato, a obra seria custeada com parte dos recursos previstos para a construção
164 do portal dos parques, sendo que este último não será construído ou terá o seu
165 custo reduzido. Ainda sobre a questão dos termos aditivos, Nelson afirmou não ter
166 encontrado no contrato a informação de que os termos aditivos para as áreas que
167 venham a ser regularizadas necessitem priorizar a concessionária. Após a leitura
168 do subitem 5.3 do Contrato de Concessão, Nelson disse entender que novos
169 contratos figuram como possibilidades e não como exclusividade da
170 concessionária. Diante disso, disse que se esse entendimento estivesse
171 equivocado, gostaria que a Sônia lhe mostrasse em qual parte do documento se
172 estabelece outro entendimento. Em resposta, a presidente disse que a preferência
173 da concessionária está estabelecida em contrato e poderia indicar o trecho exato
174 em outra oportunidade. Com a palavra, Nelson disse querer entender por que o
175 macrotema referente ao programa do voluntariado deveria ser gerido somente pelo
176 ICMBio, diferentemente dos outros dois macrotemas, nos quais são previstas as
177 participações da concessionária. O conselheiro também perguntou quem iria
178 elaborar o estudo referente à identificação de impactos da concessão à
179 Comunidade São Roque. Em sua resposta, a presidente informou que está sendo
180 formado um grupo para a elaboração de um termo de referência para a contratação
181 do estudo, buscando selecionar uma pessoa ou instituição que se mostre capaz de
182 executar o trabalho. Sobre o voluntariado, informou que o ICMBio possui um
183 programa de voluntariado, que tem como justificativa de existência a aproximação
184 das pessoas com a unidade de conservação. Assim, nesse contrato pretende-se

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

185 estimular o programa do ICMBio. Fazendo uso da palavra, o conselheiro Andrews
186 Ernesto Mohr, representante da Associação de Agências da Serra Geral (ASG),
187 disse que estava gostando dos avanços dos assuntos na assembleia e parabenizou
188 o ICMBio pela aproximação com a Comunidade Remanescente de Quilombo São
189 Roque, o que classificou como uma correção de postura da instituição em relação
190 ao coletivo quilombola. Ele também disse que gostaria de trazer três demandas
191 para o ICMBio: 1. Compartilhar com o conselho as demandas do MPF, a fim de que
192 o conselho possa tomar conhecimento e ajudar a equipe gestora a definir as
193 prioridades; 2. Desenvolver estratégias para que o conselho possa monitorar a
194 alocação dos recursos (2,5%) que serão repassados pela concessionária ao NGI
195 Aparados da Serra Geral, para o desenvolvimento dos macrotemas; 3.
196 Compartilhar com o conselho o Termo de Compromisso, para que o conselho possa
197 entender a dinâmica estabelecida entre os parques e a Comunidade São Roque.
198 Com a palavra, o conselheiro Pablo César Lehmann Albornoz, representante da
199 Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) agradeceu a apresentação
200 feita pela Sônia e falou da sua expectativa sobre o bom senso entre a Urbia e o
201 ICMBio na definição das prioridades elencadas com base no Plano de Manejo dos
202 parques. Na sequência, demonstrou sua concordância com as demandas
203 apresentadas pelo conselheiro Andrews, destacando a necessidade de
204 conhecimento das recomendações do MPF, dos valores que serão repassados pela
205 Urbia e os procedimentos para definição dos projetos prioritários e seus respectivos
206 termos de referência. Passando para o terceiro ponto de pauta, referente à
207 readequação de câmaras temáticas e grupos de trabalho, Oseias compartilhou com
208 os participantes um quadro contendo os nomes, objetivos, coordenadores e demais
209 envolvidos das CT e GT. O servidor lembrou que, conforme combinado na
210 assembleia anterior, os relatores fariam uma pequena apresentação sobre o
211 contexto de cada CT ou GT. Como as informações sobre a CT Fomento ao Turismo
212 haviam sido colocadas no início do quadro compartilhado, foi convidado o
213 conselheiro Andrews, para que fizesse a apresentação. Enquanto o conselheiro
214 lidava com alguns problemas de conexão, o conselheiro Jorge Scandolara Júnior,
215 representante da Secretaria Municipal de Turismo de Cambará do Sul, pediu a
216 palavra para expressar a sua disponibilidade e vontade de participar da referida CT.
217 Em seguida, o conselheiro Marcelo Stradiotto Pupim, representante da Associação

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

218 Praiagrandense de Empresários de Turismo (APETUR), afirmou que a senhora
219 Alana, que ainda constava nos registros da secretaria do conselho como
220 coordenadora da referida CT, havia sido representante da APETUR até deixar de
221 participar do conselho. Por conta disso, Marcelo Pupim sugeriu o nome do
222 conselheiro Jorge Scandolara para integrar a CT Fomento ao Turismo, operando
223 uma substituição entre uma pessoa de Praia Grande por outra da mesma cidade.
224 Na oportunidade, Marcelo Pupim ressaltou a importância da manutenção da CT
225 Fomento ao Turismo e a de Uso Público e Visitação. Como o Andrews ainda não
226 havia conseguido retornar à reunião, Oseias sugeriu que o conselho analisasse
227 primeiro a CT de Uso Público e Visitação e depois retornasse para a CT Fomento
228 ao Turismo. Conforme havia sido combinado, Marcelo Pupim iniciou a
229 apresentação sobre a referida CT dizendo que a câmara havia sido forte na época
230 em que a Clarice ocupara o cargo de chefe do NGI Aparados da Serra Geral,
231 período no qual a CT realizou diversas atividades. No entanto, desde o final do ano
232 de 2019, a CT não mais se reuniu. Mesmo defendendo a importância das duas CT
233 ligadas ao turismo, Marcelo se mostrou favorável à unificação delas. Após
234 mencionar alguns objetivos da CT de Uso Público e Visitação, parabenizou as
235 servidoras do ICMBio, Sônia e Eridiane Lopes da Silva, pelo esforço que resultou
236 no cadastramento dos guias e disse acreditar que essa iniciativa poderia conferir
237 um maior regramento nas visitas aos parques. Com a palavra, Eridiane também
238 defendeu a união das duas CT e destacou a possibilidade de criação de grupos de
239 trabalho dentro da CT, o que facilitaria a conciliação dos temas das duas CT. Com
240 a palavra, Nelson disse que a FGM, como entidade sem fins lucrativos, não teria
241 condições de participar de tudo. Disse que interessava muito à FGM o assunto da
242 guiagem obrigatória, uma discussão travada há mais de dez anos no conselho, o
243 que levava a instituição a defender naquele momento a separação das CT, pois a
244 FGM podia assumir uma fração muito diminuta de tudo o que fosse discutido.
245 Mesmo destacando que a capacidade de ação da FGM não era grande, Nelson
246 afirmou que instituição tinha uma contribuição boa para dar em pontos específicos,
247 como no caso da guiagem obrigatória. Assim, sugeriu que os grupos de trabalho
248 fossem criados diretamente pelo conselho e não no interior das CT, onde elas
249 viessem a ser unificadas. Acrescentou que seria complicado participar de uma CT
250 para discutir 5% dos assuntos envolvidos. Dito isso, o conselheiro se manifestou

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

251 pela manutenção da separação entre as CT. Com o retorno do conselheiro
252 Andrews, a discussão sobre a CT de Fomento ao Turismo foi retomada. Andrews
253 iniciou suas considerações dizendo que a CT havia funcionado pouco. Ele
254 acrescentou que a câmara havia sido criada num contexto de necessidade de
255 geração de demanda turística e melhoria da infraestrutura dos parques e da região,
256 prevendo, inclusive, a possibilidade de captação de recursos públicos para a
257 execução das ações. No momento em que fora criada, a CT tinha muita relevância.
258 No entanto, nos tempos atuais, em face do atual cenário da concessão dos
259 parques, alguns dos seus objetivos estão sendo perseguidos pela concessionária.
260 Dessa forma, o conselheiro afirmou que seria interessante unir a CT de Fomento
261 ao Turismo com a CT Uso Público e Visitação. Fazendo alusão à preocupação do
262 Nelson, Andrews falou da possibilidade de criação de um grupo de trabalho
263 específico para tratar de questões como a da guiagem obrigatória. Na
264 oportunidade, lembrou que a obrigatoriedade de guia especializado está muito
265 relacionada à necessidade, visto que 99% dos turistas que visitam a região
266 necessitam de suporte. Ao destacar mais uma vez a importância dos grupos de
267 trabalho, mencionou as ações que deram origem ao regramento referente à trilha
268 do Rio do Boi. Com a palavra, Sônia expressou sua preferência pela unificação das
269 duas CT, o que foi consensuado pelo conselho. Logo em seguida, Marcelo Pupim
270 se dirigiu ao Nelson para dizer que seria interessante tê-lo como integrante da CT,
271 especialmente por conta das contribuições que o conselheiro poderia oferecer.
272 Nelson agradeceu as palavras, mas disse que não teria condições naquele
273 momento. Na sequência, foram iniciados os diálogos sobre a coordenação e
274 demais envolvidos com a CT. Como o conselheiro Jorge Scandolara Júnior havia
275 se colocado à disposição para atuar na coordenação da CT e havia obtido apoio de
276 outros conselheiros, seu nome foi aprovado para o cargo. Durante a escolha dos
277 demais envolvidos, Nelson fez uso da palavra para propor que, mesmo sem fazer
278 parte da CT, a FGM fosse convidada a participar das discussões da CT sobre temas
279 como guiagem obrigatória, riscos em trilhas ou outras atividades do montanhismo,
280 em caráter excepcional. Seguindo para os registros dos nomes dos participantes,
281 Andrews lembrou da necessidade de colocar em primeiro plano os nomes das
282 instituições, seguido pelo nome do representante no conselho. Na oportunidade, se
283 voluntariaram a integrar a CT os representantes das seguintes instituições:

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

284 Secretaria Municipal de Turismo de Cambará do Sul, representada pelo conselheiro
285 Marcelo Sartori; ASG, representada por Andrews Mohr; APETUR, representada por
286 Marcelo Pupim; Secretaria Municipal de Turismo de Mampituba, representada pelo
287 conselheiro Vilson José do Nascimento Júnior; Associação dos Empreendedores
288 Turísticos de Cambará do Sul (AETURCS), representada por Paulo Adriano Ribeiro
289 Nardes; Associação de Condutores Locais de Ecoturismo e Turismo de Aventura
290 de Cambará do Sul (ACONTUR), representada pelos conselheiros Alezir da Silva
291 Velho e Josias Oliveira Martins; Associação Tigre Preto de Condutores Locais e
292 Guias de Turismo, representada pelo conselheiro Joares Recco Furlanetto; Instituto
293 Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), representado pela
294 servidora Eridiane Lopes da Silva; e Guilherme, Condutor de Praia Grande.
295 Definidos os envolvidos, o conselho passou a discutir o nome da CT. Andrews
296 propôs que fosse “Uso Público, Visitação e Turismo”, sugestão que foi apoiada pelo
297 conselho. Seguindo para o GT Manejo Integrado do Fogo, Oseias falou da proposta
298 feita na assembleia anterior, referente a transformação do GT em CT, e perguntou
299 se os integrantes do GT gostariam de falar sobre o contexto do GT. Com a palavra,
300 a conselheira Ketulyn Füster Marques, representante da Secretaria do Meio
301 Ambiente e Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul (SEMA), se mostrou
302 favorável à proposta da transformação do GT em CT, justificando que se trata de
303 uma demanda contínua. Por seu turno, Marcelo Pupim lamentou que o grupo não
304 tenha se reunido e aproveitou para expressar que não considera correto manejar o
305 fogo fazendo fogo, por conta da destruição da microbiota nas áreas queimadas.
306 Com a palavra, Sônia demonstrou sua concordância com a mudança de GT para
307 CT e falou da necessidade do agendamento de uma reunião para esclarecimentos.
308 Também destacou que o servidor do ICMBio, Paulo Sérgio Campos Avelar,
309 coordenador da CT, tinha muita experiência na área, e poderia esclarecer a questão
310 do manejo integrado do fogo em uma reunião com a CT. Durante a definição dos
311 integrantes da CT, houve algumas considerações feitas pelos conselheiros. Ketulyn
312 falou da dificuldade de trabalhar a proteção de sistemas campestres, dos resultados
313 possibilitados pelo uso do fogo e da necessidade de se despir de velhos
314 paradigmas e avaliar de forma mais próxima essas iniciativas. A conselheira
315 também comentou sobre o interesse em se envolver com a questão e poder mediar
316 isso para a unidade de conservação na qual ela atua como gestora. Por seu turno,

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

317 Marcelo Pupim defendeu que o foco das ações deveria estar na prevenção,
318 buscando evitar que o chamado “fogo não espontâneo” acontecesse. Com a
319 palavra, a conselheira Lisiane Becker, representante do Instituto MIRA-SERRA,
320 disse que o ideal seria discutir essas questões no âmbito da CT, mas aproveitou
321 para afirmar que concordava plenamente com as considerações do conselheiro
322 Marcelo Pupim. Ela afirmou que havia sido informada sobre alguns incidentes que
323 classificou como um massacre contra o ambiente na área dos parques. Disse que
324 considerou perfeitas as palavras do Marcelo Pupim e que gostaria de endossá-las.
325 Seguiu dizendo que os estudos existentes sobre o uso do fogo nas unidades de
326 conservação são controversos e a prática do ICMBio não configura uma lei.
327 Concluído o diálogo sobre a CT Manejo Integrado do Fogo, foi confirmada a
328 coordenação a cargo do ICMBio, representado pelo servidor Paulo Sérgio Campos
329 Avelar, e os seguintes envolvidos: SEMA, representada pela conselheira Ketulyn
330 Fuster Marques; e APETUR, representada por Marcelo Stradiotto Pupim.
331 Avançando para o GT Regimento Interno, o coordenador Oseias comentou que foi
332 realizada uma reunião, onde foram definidas algumas estratégias de trabalho, e foi
333 criado um grupo de whatsapp onde estão sendo postados arquivos com as
334 propostas. Há o regimento vigente, a proposta de 2014, a proposta atual e um
335 quadro comparando o conteúdo dos três documentos para facilitar o
336 aproveitamento das propostas. O servidor disse que o grande desafio para o grupo
337 é o tempo. Tendo o ICMBio na coordenação, representado pelo servidor Oseias
338 Sartori, os demais integrantes do GT Regimento Interno são: FGM, representada
339 por Nelson Brügger; Associação Tigre Preto, representada por Joares Furlanetto e
340 APETUR, representada por Marcelo Pupim e novamente o ICMBio, representado
341 pela servidora Virginia Talbot. Avançando para o GT Revisão do Plano de Manejo,
342 Andrews lembrou que os trabalhos do GT fundamentaram a revisão pontual do
343 Plano de Manejo. As ações realizadas tiveram como objetivo tornar o documento
344 mais adequado ao bom andamento do uso público, envolvendo reuniões com a
345 equipe do parque. Embora as alterações tenham sido decididas em Brasília, com a
346 participação de servidores do NGI Aparados da Serra Geral, o trabalho realizado
347 foi importante por oferecer subsídios aos servidores que foram a Brasília. Outro
348 resultado relevante foi o alcance de uma maior segurança jurídica para os
349 servidores que elaboram pareceres técnicos, pois alguns gargalos ou falhas foram

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

350 corrigidos no Plano de Manejo. Na oportunidade, Andrews demonstrou sua
351 concordância com a alteração de GT para CT. Ao destacar a importância do Plano
352 de Manejo, lembrou da necessidade de saber exatamente o que existe de
353 informações. Há algumas lacunas no Plano de Manejo e não se sabe se o ICMBio
354 possui tais informações. Também não se sabe como evoluíram as zonas de
355 recuperação e de uso temporário desde que o Plano de Manejo foi publicado. Por
356 conta disso, seria interessante ter um plano de trabalho com metas estabelecidas
357 e a construção de uma agenda positiva no sentido de monitoramento da
358 biodiversidade. Outra questão importante seria uma capacitação para os
359 integrantes da CT poderem se apropriar da nova metodologia de revisão desse tipo
360 de documento, a fim de entenderem as instâncias percorridas até a publicação do
361 documento. Com a palavra, o conselheiro Pablo lembrou que o Plano de Manejo
362 está desatualizado e que existe a necessidade de investimento no conhecimento
363 da biodiversidade dos parques. Mais uma vez salientou que não se torna possível
364 conservar aquilo que não se conhece. Assim, uma possibilidade de avanço seria a
365 utilização de dados secundários para preencher as lacunas existentes até que
366 fossem realizadas as pesquisas. Nessa empreitada, destacou a necessidade de
367 atrelamento entre o ICMBio, o conselho, a Urbia e as comunidades locais. Sobre a
368 participação do conselho, disse que o envolvimento dos conselheiros precisaria ser
369 muito mais ativo do que em anos anteriores. Em seguida, Andrews falou da
370 preocupação com a revisão total do Plano de Manejo, especialmente em relação à
371 participação do conselho, pois ainda não se sabia em quais espaços os
372 conselheiros poderiam participar e como o processo iria acontecer. Até o momento,
373 se sabia apenas que a revisão do documento havia sido colocada como prioridade,
374 mas não havia informações sobre os prazos ou quando seria iniciada a revisão.
375 Assim, solicitou que o ICMBio fornecesse de imediato um relatório ou outro tipo de
376 documento contendo as estratégias para a revisão do Plano de Manejo
377 (metodologia, prazos, ritos, entre outros). Caso contrário, o conselho poderia
378 acabar ficando com um papel muito passivo na revisão, a exemplo do que ocorrera
379 na revisão pontual do documento. Segundo o conselheiro, essa questão se tornava
380 ainda mais importante porque agora o conselho reúne uma expertise, resultante
381 de uma curva de aprendizado, capaz de propiciar uma participação mais ativa na
382 revisão prevista. Com a palavra, Pablo sugeriu que o nome da CT ficasse como

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

383 Revisão e Atualização do Plano de Manejo. Sobre isso, Eridiane destacou que o
384 termo monitoramento/monitoria consta na Lei do SNUC como algo que relaciona o
385 conselho ao Plano de Manejo, juntamente com o termo revisão. Com a palavra,
386 Sônia defendeu a manutenção do termo monitoramento ou monitoria por conta do
387 caráter permanente da CT, que não terminaria quando a revisão fosse finalizada.
388 Sobre as informações solicitadas pelos conselheiros Andrews e Pablo, a presidente
389 informou que no momento não haviam sido repassadas informações sobre o
390 desenho ou o próprio planejamento da revisão do Plano de Manejo ao NGI, mas se
391 comprometeu a fazer uma busca mais efetiva na sede em Brasília e trazer essa
392 questão para a CT ou até mesmo para o conselho como um todo. Na oportunidade,
393 pediu para incluir o nome dela entre os integrantes da CT que resultou nomeada
394 como CT Monitoria e Revisão do Plano de Manejo. Com a palavra, Nelson fez um
395 resgate sobre questões relacionadas com a revisão pontual do Plano de Manejo. O
396 primeiro ponto que levantou foi o momento conturbado pelo qual o órgão estava
397 passando na ocasião, com várias mudanças de presidência e várias mudanças na
398 chefia do NGI. O conselheiro lembrou de uma manifestação sua, registrada em ata,
399 onde dizia que não havia acreditado que a revisão seria bem-sucedida e elogiou o
400 chefe do NGI da época, Fábio Luis Velloso de Mello, por ter conseguido realizar a
401 revisão pontual. Nelson também lembrou de uma metodologia que abrangia a
402 questão dos valores dos parques, sugerindo que isso fosse resgatado para que não
403 fosse necessário começar tudo do zero. Outra questão colocada pelo conselheiro
404 foi a dos marcos infralegais do roteiro metodológico para a revisão do Plano de
405 Manejo. Segundo o conselheiro, o próprio roteiro metodológico havia sido adaptado
406 do Serviço Florestal dos Estados Unidos, mas ainda não estava consolidado no
407 processo da revisão pontual que aconteceu no Plano de Manejo dos parques de
408 Aparados. Nelson também lembrou que mais do que um documento técnico, o
409 Plano de Manejo é um documento jurídico e lembrou que o Plano de Manejo
410 representou uma camisa de força para a região dos Parques Nacionais Aparados
411 da Serra e Serra Geral e, por conta disso, o conselho deveria ficar muito atento às
412 consequências jurídicas do documento. Baseado na manifestação do conselheiro
413 Pablo, Nelson disse que o termo “conhecer” não envolve apenas o conhecimento
414 científico, havendo um aspecto mais abrangente, mais transdisciplinar, de
415 entendimento de várias questões que não são propriamente conhecimentos

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

416 científicos, mas são tão importantes quanto o conhecimento científico para a
417 conservação da natureza. Outra questão seria a necessidade de avaliar o quanto
418 vale a pena avançar no processo de revisão do Plano de Manejo, tendo em vista
419 se tratar de um ano eleitoral, o que conferia algumas incertezas para o próximo
420 ano. Com a palavra, Ketulyn ponderou que se fosse seguida a IN referente a planos
421 de manejo do ICMBio, ficava muito claro que deveria ser formado um grupo de
422 acompanhamento do conselho no processo de revisão do Plano de Manejo. Assim,
423 a conselheira afirmou entender que a monitoria é um processo constante e a
424 revisão é pontual, o que a levou a perguntar se o termo revisão caberia no título da
425 CT, ou poderia ficar mais restrito a um grupo de trabalho criado dentro da CT. Com
426 a palavra, Sônia disse que não via prejuízo em manter o termo “revisão” no título
427 da CT e que o momento da revisão suscitaria o envolvimento de todos os
428 integrantes da CT e talvez de todo o conselho. Na sequência, Eridiane observou
429 que as questões tratadas na CT deveriam ser apresentadas e discutidas no
430 conselho, visto que as CT não são órgãos à parte, mas integrantes do conselho.
431 Com a palavra, Andrews disse que seu nome constava como coordenador da CT
432 Revisão do Plano de Manejo, mas gostaria de perguntar se haveria outra pessoa
433 que gostaria de atuar na coordenação e aproveitou para dizer que continuaria
434 participando como integrante da CT. Na oportunidade, sugeriu a priorização de
435 alguns temas no âmbito da CT Revisão do Plano de Manejo e afirmou que achava
436 importante que algum servidor do ICMBio estivesse à frente da CT. Com a palavra,
437 Sônia disse que concordava com a proposta relativa a um servidor do ICMBio na
438 coordenação, mas afirmou que também seria interessante que algum membro do
439 conselho se disponibilizasse a ter uma atitude mais proativa em relação a essa CT.
440 Caso não houvesse, disse que poderia ficar com a coordenação da CT. Com a
441 palavra, o conselheiro Pablo defendeu a possibilidade de serem definidos dois
442 coordenadores para a CT Revisão do Plano de Manejo. Sônia concordou com a
443 proposta, pediu para colocar o nome dela, e perguntou se mais alguém se
444 interessaria por compartilhar a coordenação com ela. Fazendo uso da palavra,
445 Pablo disse que se disponibilizava a atuar na coordenação juntamente com a Sônia,
446 e estendeu o convite a outros conselheiros para que se disponibilizassem a compor
447 a CT, chegando a mencionar o nome do professor Jorge Waechter, representante
448 da UFRGS. Na sequência, Oseias buscou confirmar se os conselheiros que já

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

449 integravam a CT gostariam de permanecer na respectiva câmara, ocasião em que
450 todos manifestaram interesse. Com a palavra, o professor Jorge Waechter afirmou
451 que aceitava o convite para participar da CT. Logo depois, o condutor Guilherme
452 também se dispôs a integrar a CT e o conselheiro Josias Oliveira Martins,
453 representante da ACONTUR inscreveu o nome do titular da Associação, Alezir da
454 Silva Velho, e o seu próprio nome. Por sua vez, o conselheiro Leandro Bazotti
455 também se dispôs a participar da CT. Dessa forma, foi definida a coordenação
456 compartilhada da CT Revisão do Plano de Manejo, a cargo do ICMBio,
457 representado pela servidora Sônia Kinker, e da UNISINOS, representada pelo
458 conselheiro Pablo. Entre os demais envolvidos constam: ASG, representada por
459 Andrews Mohr; Secretaria de Turismo de Cambará do Sul, representada por
460 Marcelo Sartori; APETUR, representada por Marcelo Pupim; FGM, representada
461 por Nelson Brügger; SEMA, representada por Ketulyn Füster Marques; UNISINOS,
462 representada por Pablo Lehmann; Associação Tigre Preto, representada por
463 Joares Furlanetto; UFRGS, representada por Jorge Waechter; Secretaria de
464 Turismo de Praia Grande, representada por Leandro Bazotti; ACONTUR,
465 representada por Alezir da Silva Velho e Josias Oliveira Martins; e Guilherme,
466 condutor de Praia Grande. Seguindo para as propostas de criação de novas CT,
467 Sônia perguntou se a CT Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade e a CT
468 Espécies Exóticas Invasoras poderiam ser transformadas na proposta de criação
469 de uma única CT envolvendo os dois temas. Eridiane respondeu que sim, desde
470 que fosse criado um grupo de trabalho dentro da CT para tratar das espécies
471 exóticas invasoras. A servidora também falou dos prazos demandados por Brasília
472 e da necessidade de intensificação das atividades. Quando a Sônia perguntou
473 sobre a coordenação da CT, Oseias informou que a Eridiane havia se
474 disponibilizado para o cargo. Pedindo a palavra, Lisiane disse que as duas CT não
475 deveriam ser unificadas, devido à importância delas, a questão da destinação de
476 recursos e do trabalho demandado. Com a palavra, Pablo falou da sua preferência
477 pela unificação das propostas, chegando a sugerir a inclusão do termo manejo no
478 título. Outra razão apontada pelo conselheiro para a unificação das propostas
479 consistiu no número reduzido de integrantes do conselho para atuar em todas as
480 CT e GT. Com a palavra, Lisiane disse que concordava com a proposta do
481 conselheiro Pablo. Fazendo uso da palavra, o professor Jorge manifestou interesse

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

482 em participar da CT e disse que concordava com a Lisiane sobre a necessidade de
483 abarcar a questão das espécies raras e ameaças de extinção. Outra questão
484 levantada pelo conselheiro foi o desenvolvimento de um processo de fiscalização
485 capaz de evitar que alguns visitantes acabem retirando plantas dos parques. Jorge
486 também perguntou sobre a necessidade, ou não, de se manter os termos
487 “monitoramento” e “manejo” no nome da CT. Sobre a questão do nome da CT,
488 Sônia sugeriu que permanecesse como estava e na primeira reunião da CT o nome
489 fosse discutido novamente e definido. Concluídos os diálogos, a CT resultou criada,
490 tendo na coordenação o ICMBio, representado pela servidora Eridiane, e os
491 seguintes envolvidos: UNISINOS, representada por Pablo Lehmann; Instituto
492 MIRA-SERRA, representada por Lisiane Becker; e UFRGS, representada por Jorge
493 Waechter. Avançando para a proposta de criação da CT Educação Ambiental e
494 Interpretação Ambiental, a servidora Eridiane falou que o conselho podia aproveitar
495 o ponto de pauta em tela para criar a referida CT, evitando assim o processo
496 burocrático de convocar uma assembleia para tratar da criação dessa CT. Por sua
497 vez, Sônia falou da importância da criação da CT e que não se opunha à sua
498 criação, mesmo que tivesse baixa adesão de pessoas. Com a palavra, Eridiane
499 sugeriu que o seu nome ficasse na coordenação e depois ela tentaria arregimentar
500 mais integrantes. Pedindo a palavra, Lisiane falou da importância da CT e, no caso
501 específico dos parques, destacou a questão das informações disponibilizadas aos
502 visitantes. Por fim, ao ser questionada sobre o interesse em participar da CT,
503 Lisiane disse que a secretaria do conselho podia colocar o nome dela como
504 integrante da CT Educação Ambiental e Interpretação Ambiental. Com a palavra, a
505 conselheira Jaqueline Posser Gallina, representante do IFC – Campus Santa Rosa
506 do Sul, disse que essa CT era a que ela se colocava numa situação mais
507 confortável e de habilidades para desenvolver atividades. Na oportunidade,
508 perguntou se seria possível convidar pessoas que não fazem parte do conselho
509 para integrar as CT. Diante da resposta afirmativa da presidente, Jaqueline
510 comentou que poderia convidar alguns dos seus colegas que já trabalham com
511 turismo interpretativo em áreas naturais. Concluído o diálogo sobre a CT Educação
512 Ambiental e Sensibilização Ambiental, a câmara resultou criada, com a
513 coordenação a cargo do ICMBio, representado pela servidora Eridiane, tendo os
514 seguintes envolvidos: IFC – Campus Santa Rosa do Sul, representado por

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

515 Jaqueline Gallina; e Instituto MIRA-SERRA, representado por Lisiane Becker.
516 Finalizadas as adequações de GT e CT existentes e a criação de novas CT, foram
517 mencionados os encaminhamentos da assembleia. Logo depois, Lisiane pediu a
518 palavra para sugerir que o conselho convidasse o Geoparque para integrar a CT
519 Educação Ambiental e Interpretação Ambiental. Nada mais havendo a tratar, a
520 presidente encerrou a assembleia e eu, Oseias Cordeiro Sartori, lavrei a presente
521 ata.

ENCAMINHAMENTOS

| | |
|----|--|
| 1 | Novos termos aditivos, não previstos no atual contrato de concessão, devem ser discutidos previamente no conselho. |
| 2 | Compartilhar com o conselho as demandas do Ministério Público Federal, a fim que de o conselho possa tomar conhecimento e ajudar a equipe gestora a definir as prioridades. |
| 3 | Desenvolver estratégias para que o conselho possa monitorar a alocação dos recursos (2,5%) que serão repassados pela concessionária ao NGI Aparados da Serra Geral, para o desenvolvimento dos macrotemas relativos ao apoio do programa do voluntariado, monitoramento ambiental e manejo de espécies, e integração com o entorno e sensibilização ambiental. |
| 4 | Compartilhar com o conselho o Termo de Compromisso, para que o conselho possa entender a dinâmica estabelecida entre os parques e a Comunidade São Roque. |
| 5 | O ICMBio deve informar ao conselho os projetos prioritários, relativos aos macrotemas, a serem desenvolvidos com recursos oriundos da concessão, assim como seus respectivos termos de referência. |
| 6 | Unificar as Câmaras Temáticas “Fomento ao Turismo” e “Uso Público e Visitação”, restando denominada como Câmara Temática Uso Público, Visitação e Turismo. |
| 7 | Alterar o Grupo de Trabalho Manejo Integrado do Fogo, transformando-o na Câmara Temática Manejo Integrado do Fogo. |
| 8 | O ICMBio deverá compartilhar com o conselho as etapas do planejamento e da execução da revisão do Plano de Manejo, de modo que o conselho possa visualizar possibilidades de participação efetiva no processo de monitoramento e revisão do Plano de Manejo. |
| 9 | A presidência do conselho deverá convidar o Geoparque para integrar a Câmara Temática Educação Ambiental e Sensibilização Ambiental. |
| 10 | Apresentar ao conselho o item do Contrato de Concessão que trata da possibilidade de a Urbia operar, caso tenha interesse, em áreas que forem sendo regularizadas. |

ANEXO

LISTA DE PRESENÇA

| | PARTICIPANTE | INSTITUIÇÃO | FUNÇÃO |
|---|------------------------------|--|---------------------|
| 1 | Sônia Maria Sfair Kinker | Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade - ICMBio | Presidente |
| 2 | Pablo César Lehmann Albornoz | Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS | Conselheiro Titular |
| 3 | Joares Recco Furlanetto | Assoc. Tigre Preto de Cond. Locais e Guias de Turismo | Conselheiro Titular |
| 4 | Ketulyñ Fñster Marques | Sec. do Meio Amb. e Infr. do Rio Grande do Sul - SEMA | Conselheira Titular |

2ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

| | | | |
|----|--------------------------------|--|----------------------|
| 5 | Nelson A. J. Brügger | Federação Gaúcha de Montanhismo - FGM | Conselheiro Titular |
| 6 | Lisiane Becker | Instituto MIRA-SERRA | Conselheira Titular |
| 7 | Marcelo Stradiotto Pupim | Assoc. Praiagrandense dos E. de Turismo – APETUR | Conselheiro Titular |
| 8 | Jaqueline Posser Gallina | Instituto Federal Catarinense – C. Santa Rosa do Sul | Conselheira Titular |
| 9 | Marcelo Sartori | Assoc. dos C. L. de E. e T. de A. de C. do Sul - ACONTUR | Conselheiro Titular |
| 10 | Vilson J. do Nascimento Júnior | Secretaria de Turismo e Desporto de Mampituba | Conselheiro Titular |
| 11 | Neimar Fonseca e Silva | EMATER / RS | Conselheiro Titular |
| 12 | Jorge Scandolara Júnior | Secretaria Municipal de Turismo de Praia Grande | Conselheiro Titular |
| 13 | Jorge Luiz Waechter | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Conselheiro Titular |
| 14 | Paulo Adriano Ribeiro Nardes | Assoc. dos Emp. Tur. de Cambará do Sul - AETURCS | Conselheiro Titular |
| 15 | Fabiano de Souza da Silva | Secretaria M. de Educação de Cambará do Sul | Conselheiro Titular |
| 16 | João Renosto | Câmara Municipal de Vereadores de Cambará do Sul | Conselheiro Titular |
| 17 | Andrews Ernesto Mohr | Associação de Agências da Serra Geral | Conselheiro Titular |
| 18 | Camila Trindade Prestes | EMATER / RS | Conselheira Suplente |
| 19 | Josias Martins | Secretaria de Turismo de Cambará do Sul | Conselheiro Suplente |
| 20 | Maria Rita dos Santos | Assoc. Remanescente de Quilombo São Roque | Conselheira Suplente |
| 21 | Leandro Bazotti | Secretaria Municipal de Turismo de Praia Grande | Conselheiro Suplente |
| 22 | Josimar Contesini | Urbia Cânions Verdes | Convidado |
| 23 | Guilherme | Praia Grande | Convidado |
| 24 | Carlos Varella | | Convidado |
| 25 | Deonir Geolvane Zimmermann | Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade - ICMBio | Equipe Técnica |
| 26 | Eridiane Lopes da Silva | Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade – ICMBio | Equipe Técnica |
| 27 | Ellen Jaboinski | Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade – ICMBio | Equipe Técnica |
| 28 | Oseias Cordeiro Sartori | Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade - ICMBio | Equipe Técnica |